



PRÁTICAS DE ENSINO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL NA UFABC: ENTRE ESCALAS E OFICINAS (SESSÃO TEMÁTICA 14: ENSINO, FORMAÇÃO E PRÁTICA EM PLANEJAMENTO)

Gabriel Machado Araujo

Universidade Federal do ABC (UFABC) | g.machado@ufabc.edu.br

Gabriel Ancilotto Idu

Universidade Federal do ABC (UFABC) | idu.gabriel@ufabc.edu.br

Daniel Andrade Fontoura

Universidade Federal do ABC (UFABC) | daniel.fontoura@ufabc.edu.br

Fernanda Donegá Martins

Universidade Federal do ABC (UFABC) | fernanda.donega@aluno.ufabc.edu.br

Tiago Andrade da Silva

Universidade Federal do ABC (UFABC) | tiago.andrade@aluno.ufabc.edu.br

Sessão Temática 14: Ensino, formação e prática em planejamento

Resumo: Este trabalho tem como objetivo descrever a trajetória formativa dos atuais planejadores territoriais formados no primeiro Bacharelado em Planejamento Territorial (BPT) do Brasil, ofertado pela Universidade Federal do ABC (UFABC), no município de São Bernardo do Campo (SP). Durante a graduação, o grupo de estudantes cursou quatro oficinas práticas como forma de praticar o arcabouço teórico incorporado nos anos formativos. As oficinas foram organizadas nas escalas rural, urbana, metropolitana e regional, territorializadas por meio de estudos de caso, que destacaram as heterogêneas dinâmicas territoriais interescares, que são fundantes para o exercício de ensino em planejamento. O estudo baseia-se na análise descritiva do ensino instruído e vivido pelos estudantes ao longo das oficinas, desta forma, observa-se a evolução de suas competências correlacionadas com práticas de ensino e temáticas transversais ao campo do planejamento. O artigo discute diferentes fundamentos e princípios que foram incorporados à formação específica desse grupo de planejadores, fruto da interdisciplinariedade em ensino de planejamento territorial na UFABC.

Palavras-chave: planejamento territorial; práticas de ensino; interdisciplinariedade, oficinas de planejamento.

TEACHING PRACTICES IN TERRITORIAL PLANNING AT UFABC: BETWEEN SCALES AND WORKSHOPS

Abstract: *This paper aims to describe the educational journey of current territorial planners who graduated from the first Bachelor's Degree in Territorial Planning (BPT) in Brazil, offered by the Federal University of ABC (UFABC) in the city of São Bernardo do Campo (SP). During their undergraduate studies, the group of students attended four practical workshops as a way to apply the theoretical framework learned during their formative years. The workshops were organized at rural, urban, metropolitan, and regional scales, territorially contextualized through case studies that highlighted the heterogeneous interscalar territorial dynamics, which are fundamental for teaching in planning. The study is based on a descriptive analysis of the teaching experienced and lived by the students throughout the workshops. In this way, it observes the evolution of their skills correlated with teaching practices and cross-cutting themes within the planning field. The article discusses different foundations and principles that were incorporated into the specific training of this group of planners, as a result of the interdisciplinary approach to teaching territorial planning at UFABC.*

Keywords: *territorial planning; teaching practices; interdisciplinarity, planning workshops.*

PRÁCTICAS DE ENSEÑANZA EN PLANIFICACIÓN TERRITORIAL EN LA UFABC: ENTRE ESCALAS Y TALLERES

Resumen: *Este trabajo tiene como objetivo describir la trayectoria formativa de los actuales planificadores territoriales egresados del primer Bachillerato en Planificación Territorial (BPT) de Brasil, ofrecido por la Universidad Federal del ABC (UFABC), en el municipio de São Bernardo do Campo (SP). Durante la licenciatura, el grupo de estudiantes cursó cuatro talleres prácticos como una forma de aplicar el marco teórico incorporado en los años formativos. Los talleres fueron organizados en las escalas rural, urbana, metropolitana y regional, territorializados a través de estudios de caso que destacaron las dinámicas territoriales interescales heterogéneas, que son fundamentales para la enseñanza en planificación. El estudio se basa en un análisis descriptivo de la enseñanza instruida y vivida por los estudiantes a lo largo de los talleres, observando así la evolución de sus competencias correlacionadas con las prácticas de enseñanza y los temas transversales al campo de la planificación. El artículo discute diferentes fundamentos y principios que fueron incorporados en la formación específica de este grupo de planificadores, fruto de la interdisciplinariedad en la enseñanza de la planificación territorial en la UFABC.*

Palabras clave: *planificación territorial; prácticas docentes; interdisciplinariedad, planificación de talleres.*

(...) nada é simples, a ordem se esconde na desordem, o aleatório está constantemente a refazer-se, o imprevisível deve ser compreensível. Trata-se agora de produzir uma descrição diferente do mundo, onde a ideia do movimento e de suas flutuações prevalece sobre o das estruturas, das organizações, das permanências. (Balandier, 1997, p. 9-10)

INTRODUÇÃO

O Bacharelado em Planejamento Territorial (BPT) é uma experiência de ensino em construção na Universidade Federal do ABC (UFABC) que completa nove anos em 2024. O curso que já resulta em egressos busca por meio deste artigo descrever os desafios e os aprendizados durante o percurso de formação vinculados ao Projeto Pedagógico 2022 - aprovado pelo Ato Decisório CONSEPE n° 237¹.

O BPT, é vinculado ao Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H), sendo assim um curso pós bacharelado interdisciplinar que combina diferentes perspectivas, conceitos e metodologias voltados para as ciências sociais aplicadas. O curso promove a integração de saberes e ferramentas provenientes de diversas áreas do conhecimento, abrangendo tanto as ciências humanas e sociais, em especial, a tradição de ensino em planejamento urbano e regional, mas também da economia, administração, demografia, ciência política, sociologia, geografia e história. Destaca-se as disciplinas referentes ao campo das ciências exatas e naturais, incluindo estatística, cartografia, geoprocessamento e ecologia. O que está diretamente condizente com a justificativa da sua inauguração:

A implantação na UFABC da formação de graduação em Planejamento Territorial, ainda inédita no Brasil, justifica-se por diversos aspectos que orientaram e fundamentaram a consolidação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Os aspectos relacionados para justificar o projeto compreendem: (i) a condição atual mundial e brasileira de grandes transformações territoriais oriundas da urbanização e globalização; (ii) o déficit na formação de nível superior no Brasil na área de planejamento urbano e regional voltados tanto para a área pública, mercado e organizações; (iii) as regulamentações profissionais relacionadas à área de planejamento e gestão dos territórios; (iv) o papel e o potencial da UFABC para pôr em prática inovações institucionais no campo do ensino superior brasileiro. Esses aspectos são descritos nos tópicos a seguir. A criação de um Bacharelado em Planejamento Territorial está também alinhada com a tendência internacional de inovar na formação de profissionais responsáveis pelo planejamento das áreas rurais, das cidades e das (macro, meso e micro) regiões. As universidades internacionais de ponta têm procurado ampliar as habilidades e competências destes profissionais, tradicionalmente enraizadas no campo da engenharia, da arquitetura e da geografia, com áreas de conhecimento como a economia, as ciências ambientais, as ciências sociais e humanas e a ciência política. Esta formação prepara o profissional para uma aprendizagem contínua ao deparar-se com as rápidas transformações socioeconômicas, demográficas, ambientais e tecnológicas que moldam os territórios no século XXI (PROJETO PEDAGÓGICO, 2022, p. 8)

A partir desta abordagem inovadora, o curso se destaca por tratar de desafios contemporâneos presentes nas dinâmicas territoriais, como a expansão metropolitana, a reavaliação de áreas interioranas e a vulnerabilidade socioambiental das favelas em

diferentes escalas e espacialidades. Durante a formação, os estudantes desenvolvem competências e habilidades que os capacitam a analisar demandas e conflitos em diferentes escalas territoriais. Além disso, preparam-se para contribuir ativamente na concepção e execução de projetos, programas e políticas de desenvolvimento, abrangendo os níveis local, metropolitano, regional e nacional (Projeto Pedagógico do Bacharelado em Planejamento Territorial, 2022).

Aqui, nosso objetivo é efetivamente descrever algumas particularidades da formação curricular individual e coletiva e divulgar o campo do planejamento territorial ao Brasil. Nossa missão de descrever a nossa trajetória, enquanto os atuais planejadores territoriais formados no primeiro curso de planejamento territorial, se configura fundante na extensão das nossas carreiras e qualificação desse processo de formação. Estamos comprometidos com a totalidade dos processos envolvidos no território, como por exemplo no planejamento das ações em situações de conflitos e riscos ou mesmo na instrumentalização das diferentes escalas territoriais.

Como palco base dessa formação, é importante destacar que a UFABC em sua gênese resultou de uma demanda coletiva e histórica das lideranças públicas e privadas na década de 1980 principalmente da região do ABC Paulista e do entorno da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) fator que não está desassociado da justificativa de fundamentação do BPT (KLINK, 2016). Esse movimento objetivava entre suas diretrizes estabelecer uma universidade pública em uma região caracterizada por um modelo de industrialização e desenvolvimento em construção que, à época, enfrentava rápidas mudanças e uma mobilização produtiva territorial em transição. A nova instituição não só buscava atender à crescente demanda por educação superior pública – frente à oferta insuficiente, em sua maioria restrita a instituições privadas – como também visa gerar e disseminar conhecimentos relacionados aos desafios regionais e nacionais. (KLINK et al., 2016)

A proposta do BPT incorporou a formação básica do BC&H e integrou disciplinas já existentes, compartilhando conteúdos especialmente com os cursos de Ciências Econômicas, Políticas Públicas, Relações Internacionais, Engenharia Ambiental e Urbana e Filosofia. A partir dessa visão integrada, nós desenvolvemos uma capacidade de compreensão crítica sobre dinâmicas em curso, com o reconhecimento e análise de dinâmicas demográficas, socioambientais e econômicas que incidem na produção, transformação e regulação do território e com domínio instrumental voltado à intervenção na realidade em estudo (Projeto Pedagógico 2022. P. 18). Além disso, sua estrutura dialogou diretamente com a subárea de Planejamento Urbano e Regional e com as especificidades definidas pelo CNPq, CAPES e pela Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território. (KLINK et al., 2016)

O projeto pedagógico do BPT foi estruturado em três eixos principais que orientam o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências:

1. Dinâmicas territoriais brasileiras – Esse eixo busca capacitar os alunos para compreender os processos territoriais por meio de aportes teóricos e metodológicos

de áreas como sociologia, economia, ecologia, urbanismo e geografia. É composto por disciplinas de base e de análise territorial, promovendo uma abordagem crítica e propositiva. A maior parte das disciplinas obrigatórias do curso, incluindo aquelas compartilhadas com outros cursos do BC&H, está concentrada nesse eixo.

2. Integração e síntese – Com foco no desenvolvimento de práticas voltadas ao planejamento territorial, este eixo organiza-se em torno de disciplinas que combinam teoria e prática. São oferecidas oficinas práticas que abordam diferentes escalas e modalidades de planejamento, como macro, meso e microrregional, bem como temáticas rurais, periurbanas, urbanas e de governança metropolitana.
3. Instrumentos e bases complementares – Voltado ao aprendizado de técnicas, metodologias e fundamentos necessários ao planejamento territorial, esse eixo é dividido em duas vertentes: métodos e técnicas, e políticas setoriais. Aqui se concentram disciplinas de opção limitada, algumas compartilhadas com os cursos de Políticas Públicas, Direito, Engenharia de Gestão e Engenharia Ambiental Urbana.

A grade curricular sugerida do BPT está planejada para ser concluída em 12 quadrimestres (quatro anos), com os dois primeiros quadrimestres cursados no BC&H. A partir do quinto quadrimestre, a formação concentra-se nas disciplinas obrigatórias e optativas específicas do BPT, além de outras oferecidas por cursos da UFABC. Essa estrutura reflete o compromisso da universidade com a oferta de cursos que atendam às demandas contemporâneas da ciência, da sociedade e do mercado de trabalho.

INTERDISCIPLINARIEDADE E A TRANSDISCIPLINARIDADE NO PLANEJAMENTO TERRITORIAL: ENTRE ESCALAS

O planejamento territorial é, por natureza, um campo interdisciplinar que busca integrar diferentes saberes e metodologias para enfrentar questões complexas que ultrapassam os limites de qualquer disciplina isolada. Desde sua concepção, essa abordagem tem se consolidado como uma estratégia necessária para a compreensão e a resolução de problemas que envolvem múltiplas dimensões, como as sociais, ambientais e econômicas. Nesse contexto, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade emergem como conceitos fundamentais, promovendo uma visão holística e integrada que ao invés da fragmentação do conhecimento.

Conforme apontado por C.P. Snow, em sua análise sobre "as duas culturas", a separação entre ciências naturais e humanidades constitui um obstáculo significativo para a resolução de desafios contemporâneos, como os ambientais e sociais. A fragmentação do saber científico torna difícil a construção de uma perspectiva integrada, necessária para lidar com a complexidade das interações entre o ser humano, a sociedade e o meio ambiente (Snow, 1959). A interdisciplinaridade, nesse sentido, busca reunir perspectivas de diferentes campos do conhecimento, enquanto a transdisciplinaridade vai além, propondo uma abordagem que ultrapasse as fronteiras acadêmicas e dialogue diretamente com os saberes da sociedade

civil, do setor público e privado (Nicolescu, 2014). A transdisciplinaridade, além de integrar os saberes acadêmicos, permite uma colaboração efetiva com atores não acadêmicos, promovendo a co-produção de conhecimento. Essa perspectiva é particularmente relevante no planejamento territorial, dado que problemas como a urbanização desordenada, a gestão de recursos naturais e as mudanças climáticas exigem ações coordenadas que envolvam múltiplos atores.

No campo do planejamento territorial, o território, enquanto conceito não é apenas um espaço físico, mas também um campo de significados e disputas. Pierre Bourdieu (2003) argumenta que qualquer campo social, incluindo o planejamento territorial, é permeado por lutas simbólicas e disputas por diferentes formas de capital – seja ele econômico, cultural, social ou simbólico. Essas dinâmicas configuram a forma como o planejamento é concebido e implementado, revelando as relações de poder subjacentes (GALVANESSE, 2018).

A simbologia presente no planejamento territorial, como discutido por Haesbaert (2019), reflete a complexidade das relações entre poder, espaço e sociedade. Esse campo torna-se, portanto, uma arena de disputas, onde atores e instituições competem pela legitimação de visões específicas sobre o uso do espaço, do tempo e a organização do território (Villaça, 1998). Yves Lacoste (1976) e Gregory (1993) destacam que o território é uma categoria estratégica tanto para o controle e a defesa, em contextos históricos de guerra, quanto para a construção de coesão social e integração política. Essa dupla função reforça a importância de compreender o planejamento territorial como um processo simbólico e político em movimento.

No contexto brasileiro, o planejamento territorial enfrenta desafios únicos devido à sua vasta extensão geográfica, à diversidade sociocultural e às desigualdades históricas. De acordo com Ana Fani (1996), o território brasileiro é marcado por processos contraditórios de apropriação e produção do espaço, que refletem as disparidades econômicas e sociais. Nesse cenário, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são ferramentas indispensáveis para a elaboração de políticas públicas que considerem tanto as especificidades locais quanto os desafios globais.

O planejamento territorial, ao adotar perspectivas inter e transdisciplinares, tem o potencial de transformar os desafios contemporâneos em oportunidades de desenvolvimento sustentável e inclusivo. A integração de saberes, aliada à colaboração entre academia, setor público e sociedade, permite a construção de soluções mais abrangentes e eficazes. Além disso, a compreensão dos processos simbólicos e das disputas de poder no campo do planejamento contribui para a elaboração de políticas que sejam não apenas técnicas, mas também socialmente legítimas.

Portanto, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade representam abordagens cruciais para enfrentar os desafios do planejamento territorial em um mundo cada vez mais complexo. Ao unir ciências, práticas e saberes diversos, essas perspectivas promovem a construção de territórios mais justos, resilientes e sustentáveis.

PRÁTICAS DE ENSINO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO BRASIL: ENTRE OFICINAS

Na Universidade Federal do ABC, a prática do planejamento territorial é experimentada através de oficinas pedagógicas com exercícios que incentivam a interdisciplinaridade, chegando, em alguns casos, a uma abordagem transdisciplinar, ou seja, situações concretas e do âmbito do vivido que trazem consigo uma dimensão marcadamente política a ser levada em conta no planejamento. Essas oficinas permitiram o desenvolvimento de uma relação dialógica entre a teoria e prática, essencial para a formação de planejadores capacitados a lidar com as múltiplas escalas e demandas do território, nesse sentido partimos para um aprofundamento mais descritivo do processo de ensino e aprendizado das disciplinas, uma vivência coletiva narrada em coletivo e a partir das especificidades de cada escala trabalhada.

OFICINA DE PLANEJAMENTO EM ÁREAS INTERIORANAS, PERIURBANAS E RURAIS

A oficina, realizada no primeiro quadrimestre de 2023, teve como objetivo a elaboração de ações de desenvolvimento rural em áreas periurbanas e interioranas, sob a supervisão dos professores doutores Arilson Favareto e Vanessa Empinotti. Nessa oficina, foi essencial a recuperação de conceitos teóricos fundamentais abordados na disciplina de Planejamento e Política Rural.

O conceito de "rural" discutido ultrapassou a dicotomia tradicional entre rural e urbano, questionando a associação comum do espaço rural ao atraso e à escassez. No século XX, o rural foi amplamente relacionado à produção agrícola, mas essas abordagens falharam em captar a complexidade e a realidade contemporânea dos espaços rurais, que envolvem muito mais do que relações com a natureza e baixa densidade demográfica.

Bitoun (2015) propõe uma visão multidimensional do rural, considerando as interdependências entre rural e urbano e destacando uma concepção não produtivista. O rural deve ser entendido não apenas como local de produção, mas também como espaço de vida social, físico e simbólico, em que a identidade e a cidadania rural são construídas e vivenciadas em conexão com outras esferas da sociedade.

As ruralidades aqui são vistas como um processo dinâmico, no qual os elementos da cultura local são constantemente reconfigurados, incorporando novos valores, hábitos e técnicas. Essas transformações fortalecem os laços com a localidade e evitam o desaparecimento do rural em favor do urbano.

O principal desafio da oficina foi reconhecer as relações entre as áreas rurais e urbanas, utilizando como estudo de caso o município de Maricá, no Rio de Janeiro, que enfrenta diversas contradições em suas dinâmicas territoriais. Com uma população de 197.277 habitantes (IBGE, 2024) e com PIB per capita mais alto do estado, Maricá busca diversificar sua economia, além dos royalties do petróleo. Iniciativas como o Fundo Soberano de Maricá,

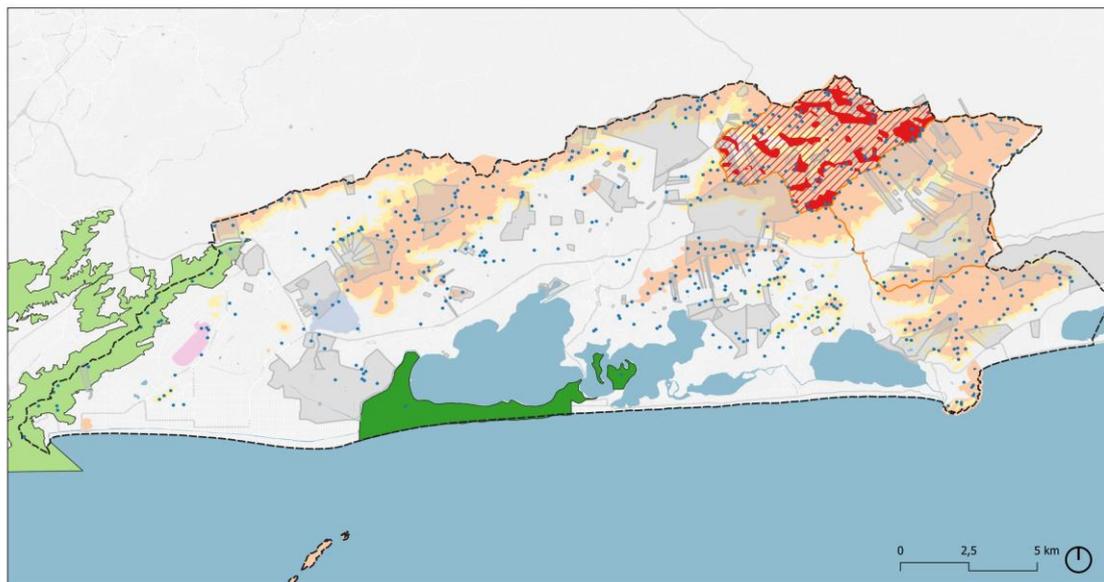
a Moeda Social e o transporte público gratuito são exemplos do planejamento municipal centralizado no desenvolvimento local.

Na oficina, os grupos foram divididos por temas, e o grupo dos autores deste trabalho explorou a "Reestruturação Produtiva e Valorização dos Territórios Rurais no Município de Maricá-RJ". O trabalho incluiu discussões sobre bioeconomia, reestruturação produtiva e a articulação com ações locais, culminando na elaboração de um *Policy Brief* com recomendações para o desenvolvimento dessas ações.

A publicação resultou de trabalhos aplicados e realizados pelos estudantes em fase final de graduação, sob coordenação e supervisão de professores especialistas no tema de cada número. O objetivo central foi disponibilizar à comunidade de pesquisadores, lideranças da sociedade civil e aos gestores de políticas públicas do município, um repertório de soluções para temas comuns vividos em diferentes escalas do planejamento e da gestão dos territórios.

Durante o diagnóstico, foram identificadas diversas potencialidades que posicionam Maricá como um território com grande capacidade de crescimento sustentável. Um dos principais pontos positivos é a forte atuação em pesquisa e inovação na área da bioeconomia, graças a parcerias estratégicas com universidades da região, como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF). Projetos como o Inova Agroecologia e o Projeto de Inovação em Estudos, Pesquisas e Aplicação de Biotecnologias para Recuperação de Ecossistemas Costeiros (AEQUOR) ilustram o papel dessas instituições na promoção de práticas agrícolas sustentáveis e no desenvolvimento de biotecnologias inovadoras, posicionando Maricá como um polo emergente nesse setor, como pode ser vista na figura 1, abaixo.

Figura 1 – Mapa Síntese das Dinâmicas Territoriais de Maricá - RJ



Elementos base para a compreensão da dimensão ambiental em Maricá

| | | |
|---|---|---|
| <p>Legenda</p> <ul style="list-style-type: none"> — Limite Municipal — Áreas de Interesse para a proteção e Recuperação de Mananciais — Áreas de Interesse para proteção e recuperação de Mananciais de abastecimento público do Estado do Rio de Janeiro — Áreas com prioridade muito alta para restauração florestal — Imóveis rurais cadastrados no CAR — Unidades de conservação — Área de Proteção Ambiental de Maricá | <ul style="list-style-type: none"> — Parque Estadual da Serra da Tiririca — Unidades de Conservação Municipais (2022) — Área de proteção Ambiental Municipal das Serras de Maricá — Área de Relevante Interesse Ecológico da Cachoeira do Espraído — Monumento Natural da Pedra de Itacocaia — Monumento Natural Municipal Pedra de Inoa — Refúgio de Vida Silvestre das Serras de Maricá — Nascentes | <p>Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interiores e Rurais Abril/2023 Tema: Reestruturação produtiva em territórios rurais e valorização do território. Grupo: Daniel Fontoura, Fernanda Donegá, Gabriel Idi, Gabriel Machado e Tiago Andrade. Datum: SIGAS 2000/UTM 23 S Fontes: ICMBio, INEA, IBGE</p> <p>UFABC</p> |
|---|---|---|

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Outro fator de destaque é a alta capacidade de investimento público do município, impulsionada pelos recursos oriundos dos royalties do petróleo. Esse fluxo financeiro permite ao governo local investir em grandes projetos de desenvolvimento sustentável, criando oportunidades para diversificar a economia e promover o bem-estar da população. Além disso, o patrimônio natural de Maricá, situado na Costa Fluminense, oferece condições únicas para o desenvolvimento do turismo sustentável. Com praias, zonas rurais preservadas e maciços florestais, o município possui um valioso capital natural que, se bem explorado, pode gerar importantes receitas e promover a preservação ambiental.

No entanto, o diagnóstico também revelou uma série de limitações que precisam ser enfrentadas para que Maricá alcance seu pleno potencial de desenvolvimento sustentável. Uma das principais barreiras é a baixa interação com o mercado privado. Apesar dos avanços em projetos de bioeconomia e inovação, a falta de parcerias com o setor empresarial restringe a ampliação das cadeias produtivas e limita a diversificação da base econômica do município. Essa fragilidade é agravada pela governança municipal centralizadora, que concentra grande parte das iniciativas do governo local, sem envolver adequadamente o setor privado. O exemplo mais claro dessa dinâmica é o projeto de biofármacos, cuja operação e distribuição são quase exclusivamente voltadas para o Sistema Único de Saúde (SUS), sem estratégias de expansão que integrem o mercado privado.

Outro desafio significativo é a sobreposição de áreas entre propriedades cadastradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Unidades de Conservação (UCs). Essa desarticulação administrativa dificulta o ordenamento territorial e cria conflitos que prejudicam a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável, especialmente em áreas sensíveis. Além disso, foi constatada uma pulverização das iniciativas de bioeconomia no município. Diversos projetos complementares operam de forma isolada, sem uma articulação estratégica que possa maximizar seus resultados.

A competitividade com outras regiões turísticas próximas também representa um desafio para Maricá. A proximidade com balneários turísticos consolidados da Região Metropolitana e da Costa do Sol coloca o município em desvantagem no desenvolvimento de um setor turístico robusto e atraente, exigindo estratégias diferenciadas para atrair e reter turistas.

A etapa após a conclusão do diagnóstico foi a proposta de vetores de atuação para Maricá, que explora temas como a bioeconomia, os serviços ambientais e o turismo sustentável como pilares para uma reestruturação produtiva voltada ao desenvolvimento sustentável do município.

O vetor de bioinsumos é um dos principais elementos desta proposta, com grande potencial para criar nichos de mercado e gerar alto valor agregado. A produção de bioinsumos pode consolidar novas cadeias de valor e diversificar a base produtiva rural, tanto por meio do cultivo de biofármacos quanto atendendo a demandas de atividades produtivas de menor escala. A inovação e a pesquisa nesse campo, já presente em Maricá, podem ser amplificadas por meio de parcerias com universidades e centros de pesquisa, fortalecendo a bioeconomia local e integrando o setor privado nesse processo.

Outro vetor importante é o dos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), especialmente relevantes no contexto das mudanças climáticas. O capital natural de Maricá, com seus maciços florestais e áreas de preservação, pode ser valorizado por meio do sequestro de carbono e outros serviços ecossistêmicos. A implementação de PSA não apenas promoveria a preservação ambiental, mas também atrairia capital privado e fomentaria a inclusão social, especialmente com o apoio de estruturas já existentes, como o Banco Mumbuca, que pode desempenhar um papel na gestão e distribuição desses recursos.

A inclusão do turismo sustentável como vetor de atuação se baseia no reconhecimento das potencialidades paisagísticas e das amenidades naturais do território litorâneo de Maricá. A localização privilegiada na Costa do Sol insere o município em uma estratégia regional de promoção do turismo sustentável. Esse vetor pode fortalecer a interação entre os pilares da sustentabilidade, particularmente entre natureza e economia, promovendo o turismo em suas várias vertentes, como o ecoturismo e o turismo rural. O desenvolvimento do turismo sustentável não apenas geraria uma fonte de renda adicional para os habitantes de Maricá, mas também consolidaria o município como um destino estratégico na região, valorizando o equilíbrio entre suas áreas litorâneas e rurais.

A articulação entre esses três vetores — bioinsumos, PSA e turismo sustentável — é essencial para garantir o sucesso de uma reestruturação produtiva aliada aos conceitos do desenvolvimento sustentável em Maricá. A criação de cadeias de valor que integrem o potencial ambiental com novas atividades econômicas permitirá ao município se desenvolver de forma sustentável, alinhando seus recursos naturais às necessidades econômicas e sociais da população.

A promoção desses vetores de atuação oferece a Maricá um caminho viável para a diversificação da sua economia, com base na inovação e na sustentabilidade. A produção de bioinsumos, o fortalecimento dos serviços ambientais e a consolidação do turismo sustentável podem, juntos, proporcionar uma estrutura produtiva robusta e resiliente. A combinação entre preservação ambiental, geração de renda e inclusão social podem permitir a Maricá tornar-se uma referência em desenvolvimento territorial sustentável, reforçando sua inserção regional e sua competitividade enquanto município estratégico na Costa do Sol.

A partir de uma análise diagnóstica e a definição dos vetores desejáveis sobre o desenvolvimento territorial de Maricá, foram elaborados dois cenários distintos: Tendencial e Desejável. O primeiro reflete a ausência de planejamento estratégico para a diversificação produtiva, resultando no esgotamento dos royalties de petróleo como principal fonte de receita e na fragmentação das iniciativas de bioeconomia. Esse cenário gera alta dependência do setor público, dificuldades na articulação com o setor privado e a degradação ambiental devido à priorização de projetos turísticos de grande escala.

Em contrapartida, o Cenário Desejável é baseado na reestruturação produtiva guiada pela bioeconomia, articulando iniciativas intersetoriais e promovendo uma governança eficaz. A integração com o setor privado e a diversificação econômica criam cadeias de valor, impulsionando o turismo sustentável e valorizando o patrimônio natural e cultural do município. Esse modelo promove um desenvolvimento territorial mais sustentável, diminuindo desigualdades e criando uma economia local mais resiliente e inovadora.

A partir da construção dos cenários, o trabalho indica as principais diretrizes e ações propostas para a implementação de um modelo de bioeconomia em Maricá, estruturadas de forma a garantir a integração de inovação tecnológica, governança e diversificação produtiva, com foco em sustentabilidade e inclusão social.

A primeira diretriz estabelece a promoção de inovação, pesquisa e desenvolvimento como elementos fundamentais para consolidar uma economia baseada no conhecimento, articulada com o setor privado. Nesse sentido, a primeira ação propõe a implementação de um cluster biotecnológico no setor de saúde e bioinsumos, com o objetivo de atrair startups voltadas para a bioeconomia e, assim, fortalecer o ecossistema de inovação local. A segunda ação prevê a criação de um Fundo Público-Privado para o financiamento e assessoria técnica de empreendimentos alinhados ao arranjo produtivo local, com a captação de recursos provenientes de bancos de desenvolvimento, fundos internacionais e investidores privados comprometidos com critérios de responsabilidade social e ambiental. Esse fundo deverá ser

orientado para projetos inovadores que gerem empregos locais e externalidades positivas. Complementarmente, a terceira ação propõe a instalação de empreendimentos inovadores em áreas delimitadas, oferecidas por valores abaixo do mercado, desde que haja garantias de manutenção de serviços ecossistêmicos por meio de recuperação florestal e hídrica, reforçando o compromisso ambiental na ocupação do território.

A segunda diretriz refere-se à adoção de um desenho de governança adequado para a promoção da bioeconomia, assegurando o monitoramento e gestão dos arranjos produtivos locais por meio de uma coordenação intersetorial eficaz. A primeira ação sugere a criação de um conselho deliberativo executivo, composto por um comitê gestor e técnico, com câmaras temáticas e setoriais e grupos de trabalho, responsável pela implementação das diretrizes do Plano Estratégico de Bioeconomia e pela reavaliação periódica das ações. A segunda ação propõe a formação de um Painel da Bioeconomia de caráter consultivo, reunindo stakeholders do setor privado, organizações não governamentais, sociedade civil e acadêmicos, com a função de produzir subsídios para o processo decisório do conselho deliberativo. Esse painel permitirá a participação de diversos atores nos projetos temáticos e na formalização de Parcerias Público-Privadas (PPP). A terceira ação envolve a criação de um Plano de Monitoramento da estratégia bioeconômica, estabelecendo uma base de dados que subsidie a avaliação contínua das diretrizes e ações, permitindo ajustes para aumentar sua efetividade ao longo do tempo.

A terceira diretriz enfatiza a implementação de um arranjo produtivo diversificado de bioinsumos e serviços ecossistêmicos, incentivando a integração de diferentes setores produtivos em cadeias de valor agregado. A primeira ação propõe o direcionamento de Unidades de Créditos Sustentáveis (UCS), via Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), por meio do projeto Mumbuca Verde, para remunerar empreendimentos turísticos que promovam soluções inovadoras e alinhadas com a preservação do bioma local, estimulando o turismo sustentável baseado na bioeconomia. A segunda ação visa ampliar a divulgação e a difusão de iniciativas e indicadores relacionados à bioeconomia, garantindo a participação ativa da sociedade civil na construção da estratégia e nos debates sobre marcos legais ligados à biossegurança, segurança alimentar e riscos associados à biotecnologia no contexto da bioeconomia. Por fim, a terceira ação propõe a elaboração de um instrumento que trate da sobreposição de propriedades rurais registradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) com Unidades de Conservação (UC), possibilitando que terras localizadas dentro das UC sejam destinadas à manutenção de serviços ambientais, com contrapartidas para os proprietários por meio de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) vinculados ao projeto Mumbuca Verde.

Baseado nas reflexões de Ellis (2000), argumenta-se que a diversificação dos meios de vida no espaço rural pode trazer inúmeros benefícios, como a distribuição mais equitativa da renda, a redução da pressão ambiental, e a melhoria das condições de gênero nas comunidades rurais. Além disso, é fundamental reconhecer o espaço rural não apenas como

um local de produção econômica, mas também como um espaço de vida, onde o bem-estar social deve ser considerado no planejamento territorial.

As conclusões da oficina destacam que, apesar dos desafios, Maricá tem um enorme potencial para se tornar um modelo que busca se afastar da dependência dos royalties do petróleo, por uma diversificação da economia local baseada na bioeconomia. Para isso, é necessário promover uma maior integração entre o setor público e o privado, além de fortalecer a governança local com estratégias de longo prazo que articulem as iniciativas de preservação ambiental.

O Policy Brief resultante deste trabalho identificou a necessidade de fortalecer novos setores, como bioinsumos, PSA e turismo sustentável, para gerar valor agregado e promover a sustentabilidade. A implementação de uma governança adequada, com ações como a criação de um cluster biotecnológico e a atração de investimentos públicos e privados, será crucial para integrar as diferentes iniciativas e fomentar a inovação. Diante desse panorama, a oficina reforçou a importância de um planejamento rural dinâmico e integrado.

OFICINA DE PLANEJAMENTO URBANO

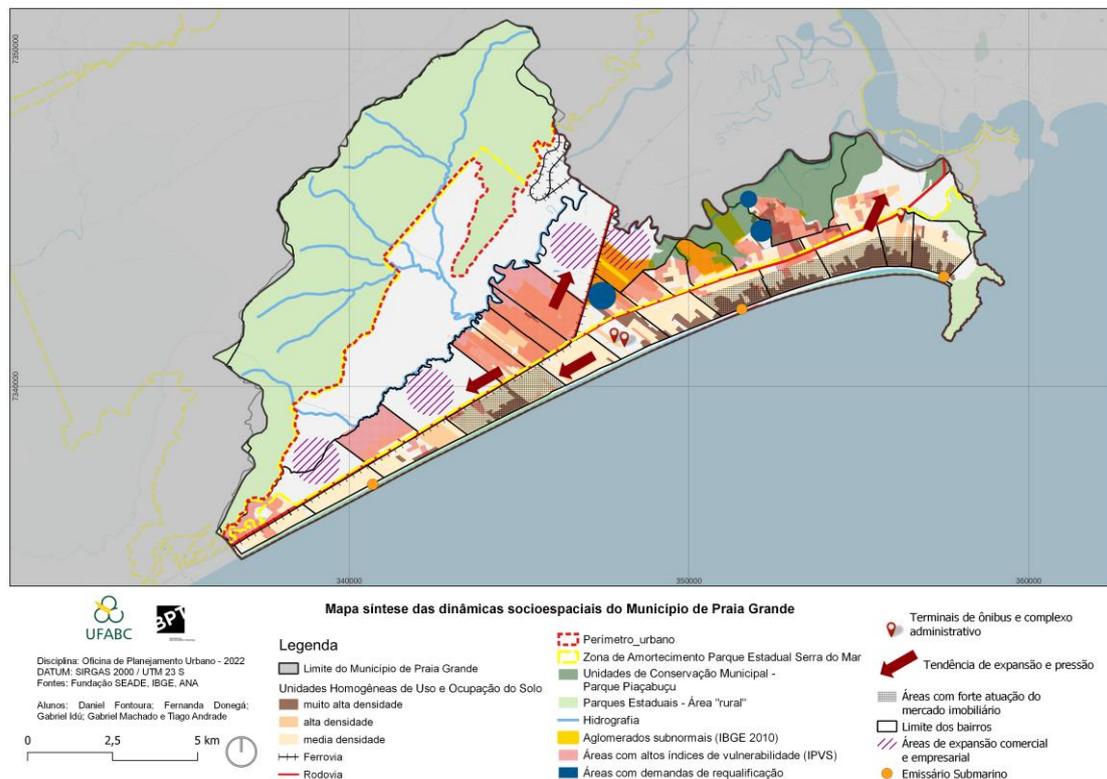
A oficina de planejamento urbano, foi inteiramente centrada no desenvolvimento e redação de um modelo de Plano Diretor e do macrozoneamento para o município de Praia Grande (SP), destacando-se como uma experiência educacional voltada para o aprendizado prático e crítico dos instrumentos urbanísticos, orientada pelas Prof^a. Dr^a. Rosana Denaldi, Prof^a. Dr^a. Guadalupe Almeida e a Docente Colaboradora Rosana Yamaguti. Ao explorar distintas estratégias de uso e ocupação do solo, o exercício buscou equilibrar as demandas por equidade e sustentabilidade, valores fundamentais para o ordenamento territorial contemporâneo.

A divisão metodológica da oficina foi um processo estruturado em três fases principais: diagnóstico, macrozoneamento e plano diretor. Cada etapa foi planejada para integrar dados, métodos e práticas de planejamento urbano, permitindo aos estudantes a aplicação de conhecimentos teóricos em um caso concreto.

O diagnóstico socioterritorial iniciou com a integração dos dados socioeconômicos, demográficos, urbanísticos e ambientais para formar uma leitura preliminar do território. Essa análise visava identificar as dinâmicas urbanas, os desafios estruturais e as desigualdades socioespaciais que marcam o município de Praia Grande. Conforme Klink & Denaldi (2011), um diagnóstico abrangente e continuado é um passo fundante no planejamento urbano, pois oferece subsídios para intervenções que respondam às demandas locais e promovam justiça territorial continuadas. O mapa síntese 2, das dinâmicas territoriais, abaixo, representa de forma positiva desse diagnóstico desenvolvido, demonstrando nele quais as heterogeneidade e homogeneidades do uso e ocupação do solo, suas principais tipologias ambientais e quais as mais relevantes configurações da malha urbana. Além disso, foi possível a identificação dos limites de cada bairro e as flexas de tendências das principais zonas de expansão e

pressão, sejam elas de cunho do mercado imobiliário, público ou áreas de expansão comercial e empresarial. A identificação locacional de grandes emissários submarinos de saneamento básico em Praia Grande foi estratégica para a leitura territorial.

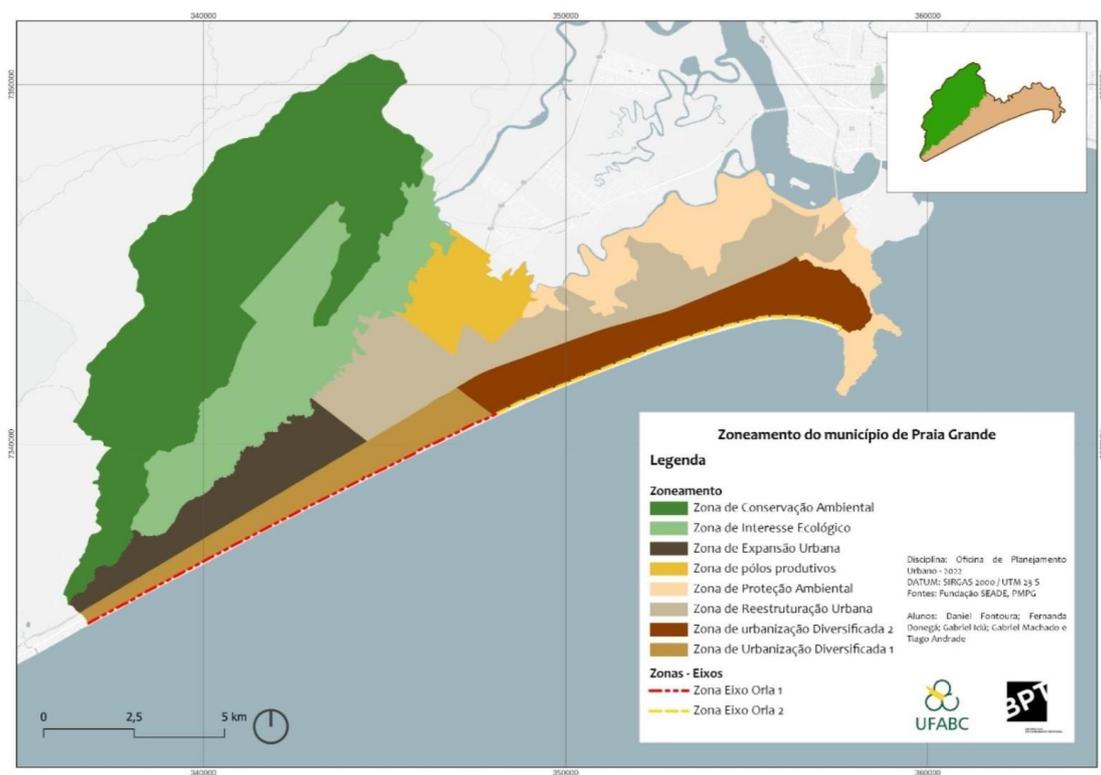
Figura 2 – Mapa Síntese das Dinâmicas Territoriais de Praia Grande - SP



Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Assim, com base no diagnóstico, nós elaboramos a proposta de macrozoneamento que pode ser visualizada na figura 3, abaixo, combinou dados analisados com as observações da visita de campo. O macrozoneamento buscou identificar áreas prioritárias para conservação ambiental, expansão urbana e atividades econômicas, considerando as dinâmicas socioespaciais locais. Nesse sentido, a literatura urbanística, como apontado por Villaça (1998), ressalta que o zoneamento deve atender a múltiplos interesses e equilibrar preservação ambiental, crescimento urbano e inclusão social.

Figura 3 – Zoneamento do Município de Praia Grande – SP



Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

A etapa final consistiu na formulação de uma minuta de lei integral para e no formato de um Plano Diretor, contemplando instrumentos inovadores e mecanismos de governança debatidos com as autoridades municipais. Esse documento visou sempre orientar o desenvolvimento municipal de forma integrada, destacando a importância de compromissos entre diferentes agentes e setores.

A experiência revelou importantes dificuldades práticas e metodológicas enfrentadas por nós, como por exemplo a complexidade técnica dos instrumentos urbanísticos. A familiaridade exigida com instrumentos urbanísticos, em um curto período, representou um considerável desafio coletivo. Como destacado por Souza (2006), a aplicação dos instrumentos como solo criado, outorga onerosa e ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) demanda um conhecimento técnico e de gestão urbana aprofundado que nem sempre é amplamente difundido e aprofundado com os meandros necessários entre os estudantes no período quadrimestral.

Outro desafio consistiu no fato de que a primeira etapa do zoneamento foi realizada antes das visitas de campo, o que gerou uma lacuna importante na compreensão das dinâmicas territoriais a partir de uma perspectiva concreta e da interação com agentes locais. Segundo Lefebvre (2006) e Machado (2024), a vivência do espaço é um elemento fundamental para captar suas contradições e potencialidades, algo que pode ser negligenciado quando os dados são analisados de forma isolada.

Estudos como os de Healey (1997), destacam que a colaboração entre múltiplos atores é um elemento-chave para o sucesso de processos de planejamento territorial. Dessa forma, apesar dos desafios, a oficina proporcionou aprendizados significativos, consolidando competências técnicas e críticas nos planejadores em formação. A elaboração coletiva do macrozoneamento e do Plano Diretor demandou habilidades de colaboração e síntese, integrando conhecimentos adquiridos ao longo do curso nas disciplinas teóricas de Planejamento e Política Urbana, Arranjos Institucionais e Marcos Regulatórios do Território, Uso do Solo, Planejamento e Política Ambiental e Cartografia e Geoprocessamento entre outras.

A construção do Plano Diretor evidenciou a necessidade de mediar interesses de diferentes agentes sociais, econômicos e ambientais. Como aponta Abramovay (2010), o planejamento participativo é essencial para garantir que os instrumentos urbanísticos atendam a demandas plurais, reforçando a legitimidade das políticas públicas e sua eficácia.

A experiência também evidenciou a natureza política do planejamento urbano. Conforme argumentado por Bourdieu (2003), o planejamento territorial é um campo de disputa simbólica e material, onde diferentes agentes competem pela definição dos rumos do território e o seu uso do solo. Assim, o desenvolvimento de instrumentos urbanísticos exigiu não apenas rigor técnico, mas também sensibilidade política e social junto com a comunidade de gestores municipais e metropolitanos.

A oficina de planejamento urbano realizada em Praia Grande consistiu em um laboratório de práticas integradas e de críticas para o desenvolvimento de competências em planejamento territorial. Ao abordar a elaboração de diagnósticos, macrozoneamentos e Plano Diretor, o exercício destacou os desafios e potencialidades de ferramentas urbanísticas voltadas para a promoção de cidades mais justas e sustentáveis. Por fim, a experiência sublinhou a importância de práticas educativas que combinem teoria e prática, oferecendo aos estudantes a oportunidade de lidar com a complexidade e a transdisciplinaridade do planejamento urbano 'vivo' e em movimento. A integração entre dados, observação direta e participação social emerge como um caminho fundante para formar planejadores preparados para os desafios contemporâneos.

OFICINA DE POLÍTICA E GOVERNANÇA METROPOLITANA

A oficina de política e governança metropolitana se diferenciou das outras experiências práticas vivenciadas durante o Bacharelado em Planejamento Territorial por ter sido a única a não ser conceitualizada em torno da produção de um plano, instrumento ou projeto pré-definido. Em contrapartida, foi proposto a realização de um diagnóstico técnico sobre o estado-da-arte de um serviço público comum e o desenho de um instrumento ou projeto de governança interfederativa que permita integrar a oferta e mitigar as dificuldades enfrentadas.

Deste modo, o exercício – realizado sob orientação dos professores Jeroen Klink e Silvana Zioni – consistiu em analisar a mobilidade urbana na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), enfatizando a complexidade das redes, destinos e fluxos necessários para integrar os bairros, equipamentos e centralidades distribuídos ao longo dos 39 municípios que compõem a Grande São Paulo.

A metodologia adotada consistiu em três fases. A primeira objetivou analisar do estado-da-arte do transporte metropolitano no Brasil, analisando as experiências já praticadas em outras regiões metropolitanas brasileiras e entidades já existentes na metrópole paulista. Durante a segunda fase, foi realizado um diagnóstico do transporte público na RMSP, consistindo em: uma trajetória histórica do sistema atual; nos principais desafios enfrentados pela mobilidade urbana metropolitana; os projetos atuais em implementação por parte do Governo do Estado e das prefeituras e; as propostas de arranjos governamentais existentes para planejamento e operação do transporte metropolitano. Por fim, a terceira fase enfocou na proposta e desenho de uma agência metropolitana de transportes que fosse capaz de planejar, operar e monitorar os deslocamentos na RMSP, além de suas competências, limites institucionais e um cronograma faseado para sua implementação.

A primeira fase do projeto almejou caracterizar tanto o transporte enquanto serviço essencial de função social quanto revisitar as teorias principais sobre a questão da governança metropolitana. Em relação à revisão teórica, destaca-se o esforço em sintetizar o arcabouço legal sob o qual as agências e consórcios de governança estão sujeitos. Ao fim, foi realizado o estudo de caso de três agências metropolitanas de transporte brasileiras – em Recife, Goiânia e São Paulo – e suas estruturas organizacionais, principais características e inovações políticas. Estes elementos foram essenciais para orientar as fases seguintes – com estes estudos de caso inspirando partes da agência proposta na terceira fase.

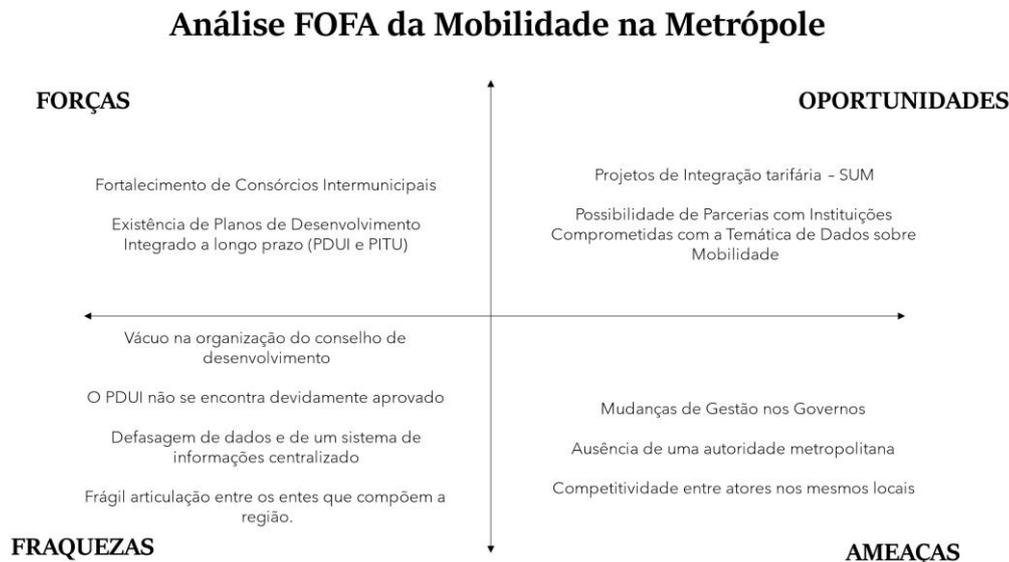
A segunda fase buscou desenvolver um diagnóstico situacional sobre a dinâmica da mobilidade na RMSP. O diagnóstico foi desenvolvido através do acesso à dados secundários, conversas com prefeituras e gestores públicos e revisão bibliográfica, de forma a possibilitar a síntese em uma matriz FOFA – ferramenta amplamente utilizada na análise estratégica para identificar Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças de determinado contexto ou organização (Figura 4).

Entre as forças, destacam-se o fortalecimento dos consórcios regionais dentro da RMSP e a pré-existência de planos integrados de desenvolvimento que orientam políticas a longo prazo. Estas forças são contrabalanceadas por fraquezas que apontam para uma dificuldade estrutural de cooperação – como a pendência da aprovação formal do plano integrado atual, a inexistência de sistemas de informação integrados entre si e a ausência de um conselho de desenvolvimento atuante.

As oportunidades identificadas incluem a integração tarifária por meio do proposto Sistema Único de Mobilidade e parcerias com instituições de dados comprometidas com a governança metropolitana. Por fim, as ameaças reveladas pelo diagnóstico consistem na ausência de uma

autoridade metropolitana deliberativa, as competitividades e disputas entre os municípios e a instabilidade política inerente à transição entre os governos eleitos.

Figura 4: Análise FOFA da Mobilidade na RMSP.



Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

A última fase culminou na proposição de uma estrutura de governança para planejamento e gestão da mobilidade na RMSP – cujas principais propostas estão descritas no quadro 1.

Quadro 1 – Propostas de Intervenção desenvolvidas no projeto.

| Curto Prazo | Médio Prazo | Longo prazo |
|---|--|--|
| Desenho de uma identidade visual unificada entre o transporte de toda a metrÓpole | Reorganização das linhas locais e alimentadoras considerando fluxos metropolitanos | Tarifa zero progressiva |
| Unificação do sistema de bilhetagem em um cartão inteligente metropolitano | Unificação dos modos sobre trilhos em um operador único | Operação unificada de toda a rede de transporte, do local ao estrutural. |
| DiagnÓstico e supressão das linhas sobrepostas e integração de rotas complementares | Substituição da frota de veículos que utilizem combustÍveis menos poluentes e/ou elétricos | |
| Portal da Transparência com os dados disponÍveis | | |
| Programa Metropolitano de Mobilidade Ativa a ser elaborado | | |

Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

O desenho institucional da agência – batizada de “Metró” – foi inspirada em sete princípios fundamentais: Acessibilidade, Equidade, Integralidade, Transparência, Fato Metropolitano,

Governança Interfederativa e Financiamento Extra-tarifário. Estes princípios orientaram as cinco diretrizes que atuam como objetivo-fim da agência: o compromisso socioambiental, a tarifa zero gradual, a governança metropolitana, o estímulo a mobilidades ativas e a implantação de um sistema de informações transparente. Estas diretrizes representam os caminhos para o preenchimento das lacunas identificadas dentro da mobilidade paulistana e, mais importante, o modo como a agência deve encaminhar suas práticas para preenchê-las.

Além da definição dos princípios e diretrizes, a fase três também consistiu no desenho da estrutura financeira – tanto em propostas originárias de receitas quanto na implantação de um Fundo Metropolitano de Mobilidade; no desenho institucional e distribuição de assentos para do conselho de administração, de caráter deliberativo, e do conselho consultivo e; da estrutura organizacional das diferentes escalas de transporte existentes – das quais a agência gradativamente absorveria para si.

A oficina de política e governança metropolitana apresentou desafios distintos das demais oficinas, especialmente por sua abordagem abstrata em relação às demais atividades práticas do curso. A posição da metrópole como um arranjo não institucionalizado no Brasil dificulta a formulação de estruturas de governança que sejam tanto efetivas quanto inclusivas (Abrúcio e Sydow, 2018). Esse vazio institucional torna complexa a tentativa de propor modelos que conciliem a autonomia dos entes federativos com a necessidade de articulação regional, um equilíbrio essencial para lidar com os problemas intermunicipais (Santos, 2019).

Um dos principais desafios enfrentados foi o peso político e econômico exercido pelo município de São Paulo na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Essa posição hegemônica – sendo o principal centro financeiro e econômico nacional – tende a centralizar qualquer tentativa de governança compartilhada, o que pode gerar resistência por parte de outros municípios da região (Zioni *et al*, 2019). A necessidade de incorporar os interesses locais em um arranjo que respeite a diversidade dos territórios foi crucial para evitar decisões excessivamente concentradas no poder de São Paulo, que poderiam enfraquecer a legitimidade e a eficácia das propostas (Santos, 2019).

Além disso, a RMSP se destaca por sua complexidade intrametropolitana, com diversos municípios de grande porte e relevância local, como Guarulhos, Osasco, São Bernardo do Campo e Santo André, que possuem demandas e prioridades distintas (Dias e Gullit, 2019). Segundo Vasconcelos *et al* (2017), ao analisar os deslocamentos pendulares na RMSP, o centro de São Paulo se posiciona como o principal nó logístico na grande área – porém, que há uma tendência do fortalecimento de dinâmicas locais em todas as zonas da metrópole (Vasconcelos *et al*, 2017). Propor um modelo de governança que potencialize essas dinâmicas locais, sem negligenciar as interdependências econômicas e funcionais entre os municípios, exigiu uma análise cuidadosa do potencial de apagamento destas centralidades secundárias que a unificação do sistema de mobilidade traria. A tarefa demandou um equilíbrio sensível entre a aplicação da teoria e a viabilidade prática, sempre considerando o papel central do

debate político para acomodar as diversas perspectivas regionais. Essa abordagem ressaltou a importância de estratégias que promovam a integração sem suprimir as especificidades locais.

A oficina destacou a relevância do tema da metrópole e da governança metropolitana, com todas as dificuldades que se planejar em escalas não-convencionais podem trazer. Em especial, esta prática se destacou por sua natureza criativa e interdisciplinar – exigindo com que os participantes buscassem e propusessem alternativas inovadoras para solucionar os desafios do transporte metropolitano. Por ser uma disciplina do último período do Bacharelado em Planejamento Territorial, em diversos momentos foi possível incorporar experiências vivenciadas pelos membros do grupo – em outras disciplinas, estágios, pesquisas e projetos de extensão – na proposta do trabalho final, sintetizando em grande parte o conjunto de habilidades fundamentais para um planejador.

OFICINA DE PLANEJAMENTO MACRO E MESO REGIONAL

A oficina de Planejamento Macro e Meso Regional, centrada no estudo do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da Amazônia Legal, foi uma prática pedagógica de alta relevância acadêmica e de conscientização social a nós, lecionada pela Prof^a Dr^a Luciana Travassos. Ao articular a teoria e a prática do planejamento regional, a oficina teve como objetivo preparar os discentes para lidar com a complexidade das escalas meso e macro integrando as dimensões econômicas, sociais e ambientais.

A oficina ocorre no oitavo quadrimestre do curso e é recomendável que os estudantes tenham cursado disciplinas como Planejamento e Política Regional e Planejamento e Política Ambiental, que constituem a base teórica necessária para a realização das atividades práticas. A escolha do ZEE da Amazônia Legal como objeto de estudo reflete a relevância estratégica dessa região para o Brasil e o mundo, considerando sua biodiversidade, potencial econômico e os desafios relacionados à conservação ambiental (Becker, 2001; SCHURBART, 1994, ACSELRAD, 2002).

Na Oficina de Planejamento Macro e Meso regional isso pode intervir também no resultado dos trabalhos apresentados ao final da disciplina uma vez que eles são definidos a parte do recorte territorial e da escala acordada para a realização das atividades (Diferente da Oficina de Planejamento Urbano que, apesar da alteração do município de estudo, tem como objetivo a elaboração de uma minuta de plano diretor).

Em tese, a Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional é a primeira oficina com a qual os alunos têm contato no curso de Planejamento Territorial, de acordo com a sugestão da grade curricular, o que também conflui com a proposta da disciplina de configurar uma abordagem mais maleável exercitando a autonomia dos discentes.

A oficina de Planejamento Macro e Mesorregional ofertada no último quadrimestre do ano de 2021 ocorreu de forma singular em decorrência do panorama mundial de pandemia do Covid-

19. A pandemia de COVID-19 (2020-2021) trouxe desafios específicos para a realização da oficina, que ocorreu de forma virtual. A adaptação metodológica incluiu encontros síncronos alternados com atividades assíncronas, permitindo maior flexibilidade para os discentes. Segundo Moran et al. (2020), o ensino remoto exige estratégias que combinem a autonomia dos alunos com a organização pedagógica para minimizar impactos no aprendizado.

Tendo em vista a ocorrência das atividades acadêmicas na modalidade virtual e todas as implicações que isso acarretava para a realidade individual de cada aluno, a docente responsável pela disciplina optou por fazer algumas adaptações no cronograma e na dinâmica de funcionamento das aulas propondo a realização de encontros síncronos alternados com atividades assíncronas para que fosse possível destinar tempo hábil para a realização das demandas.

No que concerne ao recorte analítico escolhido para o desenvolvimento das atividades, ficou evidente uma maleabilidade característica do próprio conceito-chave abordado pela disciplina, assim, a Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional difere das demais, principalmente na definição de área e escala de atuação quanto técnica de ensino e aprendizado. Todas as validações e decisões foram tomadas em comum acordo entre todos os envolvidos, de forma que os alunos tiveram envolvimento significativo no escopo, constituindo uma participação ativa no encaminhamento da disciplina.

Com a proposta de realização de um Zoneamento Econômico Ecológico, a principal discussão se deu em torno da escala de realização da análise, elemento determinante para a configuração diferencial desta experiência. Como não seria possível realizar nenhuma visita de campo (etapa fundamental das oficinas) em decorrência da pandemia, foi proposta a oportunidade de explorar regiões mais distantes da nossa vivência cotidiana, considerando a delimitação territorial Amazônia Legal como primeira escala de planejamento para as atividades.

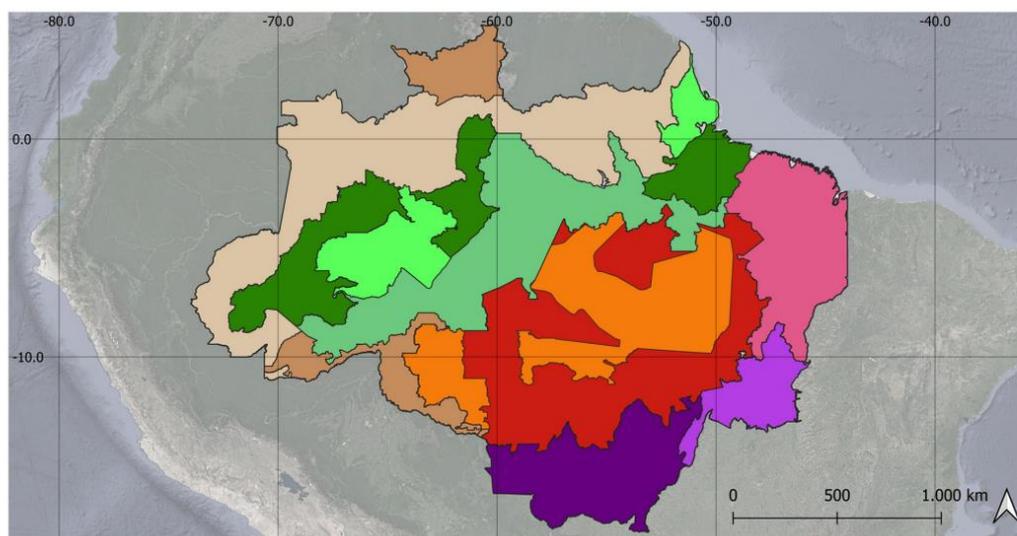
Os desdobramentos dessa primeira discussão abriram margem para consideração de outros recortes intrínsecos às concepções de ordenamento territorial da Amazônia, de forma que optou-se pelo seguimento de uma abordagem inter-escalar com três diferentes unidades espaciais de análise: i) Estado do Amazonas; ii) Amazônia Legal e iii) a Amazônia na delimitação do seu Bioma (ênfatizando, principalmente, a relação internacional envolvida na sua delimitação).

Tendo em vista o caráter abrangente da abordagem escolhida, foi considerada, ainda, uma segunda subdivisão das atividades, cogitando a necessidade de trabalhar tópicos transversais nas diferentes escalas de planejamento. Dessa forma, foram criados grupos temáticos voltados para a realização de um diagnóstico inicial para as questões ambientais, sociais, econômicas e jurídico-administrativas no âmbito dos três recortes territoriais estipulados. Dessa forma, foi orientado que todos os alunos se dividissem em escalas de atuação (Estado do Amazonas, Amazônia Legal e Bacia Amazônica) ao mesmo tempo que escolhessem um grupo temático para discussão - se atentando para a necessidade de

garantir que os integrantes de cada escala estivessem distribuídos de forma que houvesse pelo menos um integrante em cada grupo temático.

A separação dos grupos temáticos assegurou que cada escala fosse analisada sob uma perspectiva jurídica e com tópicos transversais as estratégias de transição para a sustentabilidade do MacroZEE da Amazônia Legal. Essa organização refletiu princípios de governança colaborativa, que têm se mostrado eficazes em contextos de alta complexidade (Ostrom, 1990), assim tentou-se minimizar a desagregação dos tópicos transversais discutidos nos grupos temáticos para as considerações de diagnóstico e prognósticos propostos por cada escala, tendo em vista que as ações debatidas em uma escala apresentariam implicações para as demais e vice-versa. Nossa escala de atuação mais presente foi a escala da Amazônia Legal e este foi o nosso mapa síntese de proposta de regionalização da Amazônia Legal.

Figura 5: Proposta de regionalização da Amazônia Legal.



Proposta de Regionalização Amazônia Legal

Legenda

- | | | | |
|--|---|--|--|
| | Sub-regionalização A - Faixa de Fronteira | | Faixa Estratégica |
| | Sub-regionalização B - Faixa de Fronteira | | Sub-regionalização A - Faixa de Diversificação |
| | Sub-regionalização A - Faixa de Contenção e Preservação da Biodiversidade | | Sub-regionalização B - Faixa de Diversificação |
| | Sub-regionalização B - Faixa de Contenção e Preservação da Biodiversidade | | Sub-regionalização A - Faixa de Ferro e Fogo |
| | Sub-regionalização C - Faixa de Contenção e Preservação da Biodiversidade | | Sub-regionalização B - Faixa de Ferro e Fogo |

Escala: 1:18.000.000
 SRC: SIRGAS2000
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
 Imagem cedida pelo Google Satélite
 Elaboração própria
 São Bernardo do Campo, 2021



Fonte: Elaboração dos autores, 2021.

A Amazônia Legal é uma região de importância estratégica para o Brasil, tanto do ponto de vista ambiental quanto socioeconômico e principalmente territorial. Neste contexto, a definição de objetivos claros e diretrizes detalhadas é essencial para a implementação de políticas públicas que promovam a conservação ambiental, o desenvolvimento econômico e a inclusão social. Para tanto um dos produtos dessa oficina foi a elaboração de diretrizes para um Zoneamento Econômico-Ecológico da Amazônia Legal, a seguir, são descritas as principais estratégias organizadas em cinco grandes eixos.

1. Agregar Valor à Biodiversidade e Promover a Redução de Impactos

Esse eixo abrange ações voltadas para a conservação e recuperação dos ecossistemas amazônicos. Entre as iniciativas prioritárias está a conservação da floresta em pé, com a implementação do Plano Integrado de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas. Essa política deve focar especialmente nas sub-regiões da "Faixa de Ferro e Fogo" e na "Faixa de Contenção e Preservação da Biodiversidade". Paralelamente, é fundamental ampliar o suporte institucional a órgãos como o IBAMA e ICMBio.

Além disso, a restauração da floresta e o manejo sustentável do solo são destacados como ferramentas importantes para recuperar áreas degradadas, com atenção especial às sub-regiões da "Faixa de Ferro e Fogo" e da "Faixa de Diversificação". Outro aspecto relevante é a consolidação das áreas protegidas, por meio da institucionalização das terras indígenas e da fiscalização das áreas de preservação existentes.

2. Fortalecer as Cadeias Produtivas da Bioeconomia

Para promover o desenvolvimento sustentável, é necessário fortalecer as cadeias produtivas ligadas à bioeconomia. O investimento em pesquisas e avanços tecnológicos, como a biotecnologia, genômica, bioenergia e biocombustíveis, deve ser direcionado para áreas estratégicas, incluindo a "Faixa de Contenção e Preservação da Biodiversidade" e a "Faixa de Diversificação". A implementação de um Programa Prioritário de Bioeconomia contribuirá para articular essas ações.

A capacitação, o investimento e o financiamento de pequenos produtores são fundamentais para viabilizar o acesso a tecnologias, infraestrutura logística e arranjos comerciais. Produtos como o açaí, a castanha-do-pará e a borracha, originados da floresta, exemplificam o potencial de geração de valor sustentável. Adicionalmente, a organização de cooperativas e o mapeamento de arranjos produtivos locais, em parceria com universidades e centros de pesquisa, são passos essenciais para consolidar esse modelo econômico.

3. Agro POP - População sem Pobreza

Esse eixo busca o fortalecimento de sistemas agroalimentares sustentáveis e inclusivos. As políticas públicas devem incentivar a agricultura familiar por meio de programas como o Pronaf e promover a criação de novos assentamentos rurais por intermédio do INCRA. Além disso, a inclusão de populações indígenas e comunidades tradicionais em circuitos curtos de comercialização, valorizando seus conhecimentos tradicionais, é crucial para reduzir a pobreza e fomentar o desenvolvimento local.

4. Promover a Regularização Fundiária

A regularização fundiária é um componente indispensável para a garantia dos direitos territoriais e a melhoria das condições de vida na Amazônia. Políticas públicas voltadas para assegurar a permanência das famílias em programas de reassentamento devem incluir

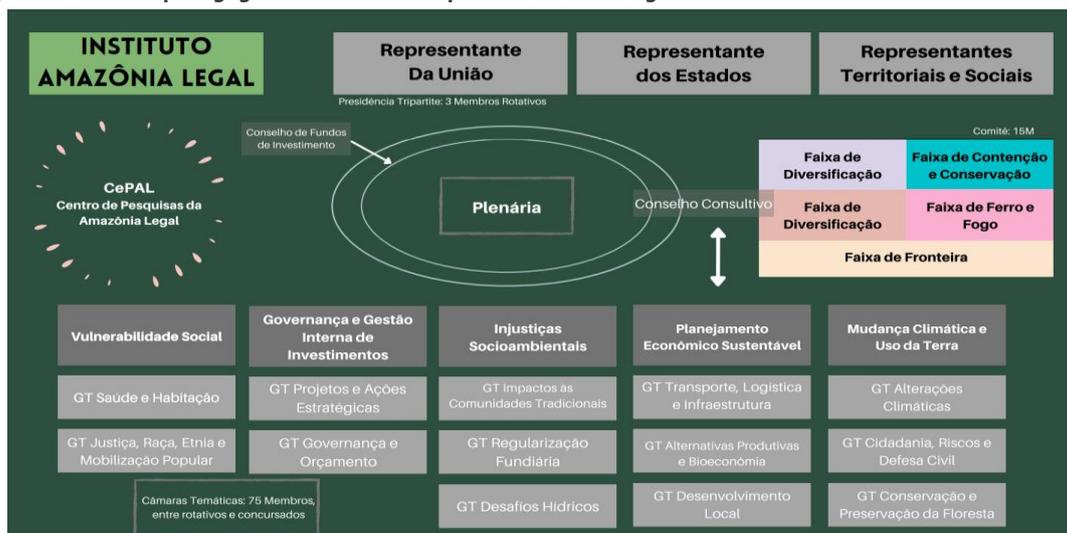
investimentos em infraestrutura básica e a disponibilização de equipamentos assistenciais vinculados ao poder público.

5. Implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)

O ZEE da Amazônia Legal é um instrumento essencial para a gestão integrada do território. Sua promulgação como Lei Federal é necessária para estabelecer uma base normativa que articule fundos e programas existentes voltados à região. A construção de um sistema de governança eficiente é uma das diretrizes principais para garantir a execução bem-sucedida do zoneamento.

Para a entrega final, foi criado um esquema em organograma para viabilizar uma plenária de discussão sobre os principais temas visto no diagnóstico. Assim, surge entre nossa proposta final do “Instituto Amazônia Legal”, uma proposta institucional que visava estruturar de forma criativa para a governança e o desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. Sua organização foi baseada em um modelo tripartite e descentralizado, articulando atores federais, estaduais e locais, com o objetivo de promover políticas integradas, equitativas e sustentáveis, como pode ser vista na figura 6, abaixo.

Figura 6: Exercício pedagógica de um Instituto para a Amazônia Legal.



Fonte: Elaboração dos autores, 2021.

O instituto foi concebido como uma entidade de articulação e planejamento estratégico, estruturada de maneira descentralizada e tripartite. Sua organização permite a participação ativa de três principais segmentos: representantes do governo federal, representantes estaduais e representantes de territórios e grupos sociais. Essa configuração não apenas garante uma visão ampla e inclusiva das demandas regionais, mas também cria um espaço de convergência para a formulação de políticas públicas eficazes.

O modelo de governança do Instituto foi centrado em sua Plenária, que atua como a instância decisória máxima. Essa estrutura é apoiada por um Conselho Consultivo, responsável por

fornecer subsídios técnicos e estratégicos, e por um Conselho de Fundos de Investimento, que gerencia os recursos financeiros destinados às ações prioritárias. Além disso, o Instituto conta com o Centro de Pesquisa da Amazônia Legal (CePAL), um núcleo científico dedicado à produção de conhecimento aplicado às demandas socioambientais e econômicas da região.

Um dos aspectos mais destacados dessa iniciativa é a definição de faixas prioritárias de atuação, que refletem a heterogeneidade e os desafios específicos da Amazônia. A Faixa de Diversificação busca promover alternativas produtivas sustentáveis, enquanto a Faixa de Contenção e Conservação concentra esforços na preservação ambiental e no controle do desmatamento. Já a Faixa de Ferro e Fogo aborda áreas críticas sujeitas a incêndios e degradação, enquanto a Faixa de Fronteira é voltada à integração de políticas para as zonas limítrofes. Essa segmentação permite que ações específicas sejam implementadas de forma estratégica, maximizando impactos positivos e minimizando conflitos de interesse.

Além disso, o Instituto Amazônia Legal se organiza em Câmaras Temáticas, que reúnem especialistas e representantes da sociedade para discutir e propor soluções em cinco eixos fundamentais: vulnerabilidade social, governança e gestão de investimentos, injustiças socioambientais, planejamento econômico sustentável e mudanças climáticas. Cada câmara possui grupos de trabalho (GTs) voltados para questões específicas, como saúde, habitação, regularização fundiária, logística, bioeconomia, conservação da floresta e mitigação das mudanças climáticas.

A relevância dessa estrutura reside na capacidade de abordar problemas interligados de forma integrada e participativa. Por exemplo, ao considerar as injustiças socioambientais, o Instituto enfatiza a necessidade de proteger comunidades tradicionais e enfrentar conflitos fundiários, elementos que estão intrinsecamente ligados à preservação ambiental e à equidade social. Da mesma forma, o eixo de planejamento econômico sustentável promove soluções que conciliam o desenvolvimento econômico com a conservação da biodiversidade, como o fortalecimento da bioeconomia e a valorização de cadeias produtivas locais.

Adicionalmente, o foco nas mudanças climáticas e no uso da terra reflete o compromisso do Instituto com a mitigação dos impactos ambientais, abordando questões críticas como desmatamento, riscos climáticos e proteção das florestas. Essa abordagem multifacetada evidencia a compreensão de que o futuro da Amazônia depende de um equilíbrio delicado entre as demandas humanas e a necessidade de preservar seus recursos naturais.

Portanto, o Instituto Amazônia Legal foi uma resposta de cenário face os desafios enfrentados pela oficina. Sua estrutura, enquanto exercício pedagógico, combina a comunidade científica, governança participativa e estratégias locais para promover a justiça social e ambiental. Ao integrar diferentes atores e perspectivas, o Instituto não apenas contribui para o fortalecimento da governança na região, mas também se posiciona como um modelo replicável para outras áreas que enfrentam desafios similares. Mais do que uma instituição, o Instituto representa uma visão de futuro, onde sustentabilidade e inclusão devem ser conciliadas.

CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE O ENSINO PELOS PLANEJADORES E PLANEJADORAS

As práticas de ensino de planejamento territorial, especialmente no contexto das oficinas realizadas no curso de Planejamento Territorial da Universidade Federal do ABC (UFABC), revelam a potência de uma abordagem acadêmica fundamentada na interdisciplinaridade e na colaboração. Essas práticas, ao integrarem múltiplas perspectivas e promovendo um diálogo entre escalas e dimensões diversas, porém interdependentes, demonstram como o planejamento territorial pode ser um campo de conhecimento articulado com a complexidade das dinâmicas sociais, históricas e geográficas que moldam o território. Essa abordagem reflete as contribuições teóricas de Lefebvre (2006) e Haesbaert (2006), que concebem o espaço como uma construção social e histórica, um artefato das relações humanas e das contradições inerentes aos processos de produção do espaço.

A continuidade da composição do grupo nas oficinas e o alto desempenho acadêmico observado sugerem que o ensino interdisciplinar e prático continuado favorece a consolidação de saberes. Essa experiência também se alinha com a visão de Forester (1982), que defende a importância da interação e da comunicação no planejamento, concebendo-o como um processo que vai além de técnicas e procedimentos, englobando relações sociais e negociações de valores. Contudo, o formato acadêmico restrito a 12 quadrimestres impõe desafios significativos sobre a permanência, especialmente no aprofundamento teórico e prático, exigindo que estudantes e docentes maximizem esforços em um período limitado.

A formação em planejamento territorial no Brasil enfrenta o desafio de lidar com um território marcado por disparidades históricas, sociais e culturais. A transdisciplinaridade, como proposta por Nicolescu (2002) e Max-Neef (2005), apresenta-se como um caminho crucial para superar essas barreiras. Mais do que integrar disciplinas, a transdisciplinaridade busca criar um diálogo que inclua saberes diversos, como os conhecimentos locais e tradicionais, fundamentais para lidar com a complexidade do território brasileiro. Essa abordagem reconhece que questões ambientais, econômicas e culturais estão intrinsecamente conectadas e requerem soluções que transcendem os limites disciplinares convencionais.

Ademais, as dimensões de gênero e raça precisam ocupar uma posição central no planejamento territorial. Conforme discutido por Anjos (2024), as desigualdades raciais e de gênero impactam profundamente os processos de urbanização e metropolização, sendo frequentemente tratadas de maneira superficial nas políticas públicas e currículos de formação. A abordagem interseccional proposta por Collins e Bilge (2020) reforça a necessidade de considerar essas dimensões como estruturais, promovendo uma análise que aborde as intersecções entre raça, classe, gênero e território. Assim, a inclusão de uma perspectiva verdadeiramente interseccional no planejamento territorial pode não apenas ampliar a compreensão das dinâmicas espaciais, mas também criar ferramentas mais eficazes para o enfrentamento das desigualdades. A formação transdisciplinar deve priorizar

não apenas o desenvolvimento de habilidades técnicas, mas também o estímulo à reflexão crítica e ao engajamento ético.

As planejadoras e planejadores, em sua essência, ainda levam “questões de bolso” a serem respondidas pós esse percurso: o que é fundante no planejamento territorial? Qual o papel do planejador territorial no enfrentamento das desigualdades e na promoção da sustentabilidade? Quais as condições necessárias para uma formação verdadeiramente transdisciplinar? Essas perguntas colocam em evidência alguns desafios metodológicos, pedagógicos e políticos que precisam ser enfrentados nas práticas de ensino dos planejadores e planejadoras.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Muito além da economia verde. São Paulo: Editora Planeta, 2010.
- ABRÚCIO, Fernando Luiz; SYDOW, Carla Tatiane. Federalismo e governança multinível em regiões metropolitanas: o caso brasileiro. In: CARNEIRO, José Maria Brasiliense; FREY, Klaus. Governança multinível e desenvolvimento regional sustentável. São Paulo: Oficina Municipal, 2018. p. 71-86.
- ACSELRAD, Henri. O Zoneamento Ecológico-Econômico na Amazônia e o panoptismo imperfeito. Rio de Janeiro, Cadernos IPPUR, 2: 53-75, 2002.
- ANJOS, Luis Fernando. O não-viver do negro detrás e além do saneamento básico: a Macrometrópole Paulista como instrumento territorial do racismo ambiental. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do ABC, Santo André, 2024.
- BALANDIER, Georges. A desordem: elogio do movimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, v. 16, n. 45, p. 71-86, 2001.
- BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários. Parcerias Estratégicas, v. 12, n. 1, p. 135-159, 2001.
- BITOUN, José et al. Tipologia regional das ruralidades brasileiras como referência estratégica para a política de desenvolvimento rural. Raízes, v. 35, n. 1, p. 21-33, 2015.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude; SAINT-MARTIN, Monique de. O poder simbólico. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (re)produção do espaço urbano. São Paulo: Editora Contexto, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. Terra Livre, n. 18, 2002.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Intersectionality. Hoboken: John Wiley & Sons, 2020.

DIAS, Gullit Thiago. A gestão da mobilidade na Região Metropolitana de São Paulo: o Ministério das Cidades como ente fomentador de políticas urbanas de transporte. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ELLIS, Frank. Household strategies and rural livelihood diversification. Journal of Development Studies, Londres, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

FORESTER, John. Planning in the face of power. Berkeley: University of California Press, 1989.

GALVANESE, Carolina Simões. Paradigmas do planejamento territorial em debate: contribuições críticas. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do ABC, Santo André, 2018.

GREGORY, Derek. Geographical imaginations. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.

HAESBAERT, Rogério. Ordenamento territorial. Boletim Goiano de Geografia, v. 26, n. 1, p. 117-124, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Regional-global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

HEALEY, Patsy. Collaborative planning: shaping places in fragmented societies. Londres: Macmillan, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades: Maricá - RJ: panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama>. Acesso em: 2 dez. 2024.

KLINK, Jeroen Johan; DENALDI, Rosana. O plano diretor participativo e a produção social do espaço: o caso de Santo André (São Paulo). Scripta Nova, v. 15, n. 382, 2011.

KLINK, Jeroen Johan et al. O campo e a práxis transformadora do planejamento: reflexões para uma agenda brasileira. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 18, n. 3, p. 381-392, 2016.

LACOSTE, Yves. La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre. Paris: Éditions François Maspero, 1976.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

- MACHADO, Gabriel. Bisneto da cota: trajetórias imateriais das Folias de Reis e transformações territoriais rurais dos últimos 25 anos em Presidente Olegário, MG. *Diálogos Socioambientais*, v. 7, n. 18, p. 72-75, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/dialogossocioambientais/article/view/567>. Acesso em: 2 dez. 2024.
- MAX-NEEF, Manfred A. Foundations of transdisciplinarity. *Ecological Economics*, v. 53, n. 1, p. 5-16, 2005.
- MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos Tarciso; BEHRENS, Marilda Aparecida. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papyrus Editora, 2020.
- NICOLASCU, Basarab. Methodology of transdisciplinarity. *World Futures*, v. 70, n. 3-4, p. 186-199, 2014.
- OSTROM, Elinor. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PROJETO Pedagógico 2022 – aprovado pelo Ato Decisório ConsEPE n° 237.
- Resolução ConsUni n° 79, de 19 de outubro de 2011. Aprova a criação do curso de formação específica “Bacharelado em Planejamento Territorial”. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consuni/resolucoes>. Acesso em: 1 dez. 2024.
- SCHUBART, Herbert et al. O zoneamento ecológico-econômico e o ordenamento territorial: aspectos jurídicos, administrativos e institucionais. In: *WORKSHOP ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO. Instrumento para o desenvolvimento sustentável dos recursos da Amazônia*, 1994.
- SNOW, Charles Percy. Two cultures. *Science*, v. 130, n. 3373, p. 419-419, 1959.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do planejamento urbano e regional: panorama crítico e sistematização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- VASCONCELOS, Fernando et al. Análise espacial dos deslocamentos pendulares na Região Metropolitana de São Paulo. XIII Seminário Programa de Pós-Graduação em Geografia UNESP, 2017.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- ZIONI, Simone et al. A Macrometrópole Paulista e os desafios para o planejamento e gestão territorial. *Governança e planejamento ambiental: adaptação e políticas públicas na macrometrópole paulista*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. p. 90-99.

¹ Disponível em <https://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consuni/resolucoes/resolucao-consuni-no-79-19102011-aprova-a-criacao-do-curso-de-formacao-especifica-qbacharelado-em-planejamento-territorialq>. Acesso em 02 de dezembro de 2024.